



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 958/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1672/2014 (03 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sra. Zanele Rocha Teixeira período de 01/01/2013 a 27/02/2013; o Sr. Mário Bastos dos Santos, no período de 28/02/2013 a 27/10/2013, e o Sr. José Wanderley Dallas Reis Dias, 28/10/2013 a 31/12/2013.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº. 33/2015 (fls. 512/536).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 538/2015-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 538/540).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas. Exercício de 2013.

*Contas regular e regulares com ressalvas.
Recomendações à Ouvidoria do Estado do Amazonas.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular a Prestação de Contas Anual da Ouvidoria Geral do Estado, referente ao período de 01/01/2013 a 27/02/2013, cuja ordenadora das despesas foi a **Sra. Zanele Rocha Teixeira**, com fundamento no art. 22, I, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 5º, II e art. 188, §1º, I, ambos da Resolução TCE/AM nº 04/2002.

9.2- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Ouvidoria Geral do Estado, referente ao período de 28/02/2013 a 27/10/2013, cujo ordenador de despesa foi o **Sr. Mário Bastos dos Santos**, com fundamento no art. 22, II, da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002.

9.3- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Ouvidoria Geral do Estado, referente ao período de 28/10/2013 a 31/12/2013, cujo ordenador de despesa foi o **Sr. José Wanderley Dallas Reis Dias**, com fundamento no art. 22, II, da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002.

9.4- Recomendar à Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas que:

9.4.1- observe a norma legal de natureza contábil, sob pena de novas sanções em caso de reincidência nas próximas prestações de contas.

9.4.2- observe o planejamento prévio dos gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando o valor limite para

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 958/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

as modalidades licitatórias (art. 23, da Lei n.º 8.666/93) e cumulativo ao longo do exercício financeiro.

9.4.3- envie o parecer de Auditoria Interna quando da apresentação da prestação de contas, a fim de auxiliar de maneira mais efetiva a atuação do controle externo exercido por esta Corte de Contas.

9.4.4- observe com mais rigor os registros contábeis para que não haja diferença entre os valores, mantendo, dessa forma, a integridade e a fidedignidade dos dados que compõem os demonstrativos contábeis.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: FC6DB2F0-F793B8AD-E6AA8490-0A501C9F